



# RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

## DESTAQUES DO MÊS

# País sobe em ranking de expansão da indústria, mas fica abaixo da média



Apesar de ter interrompido uma sequência de três anos no campo negativo, o crescimento de 2,9% da produção da indústria brasileira em 2017 foi inferior ao observado na média de outros países emergentes e desenvolvidos, de acordo com levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Num ano de crescimento das economias pelo mundo, a produção industrial global apresentou expansão de 3,5% em 2017, frente ao ano anterior, feita a mediana dos 48 países pesqui-

sados pelo Iedi. As nações em desenvolvimento tiveram avanço de 3,9%. As economias avançadas produziram 3,1% a mais. O trabalho mostra que o Brasil até melhorou sua posição no ranking. Em 2016, a retração de 6,7% da produção da indústria colocou o País na vice lanterna, à frente somente da Islândia (-9%). Em 2017, o Brasil aparece em 30º lugar, posicionado entre Espanha (3%) e França (2,3%). Rafael Cagnin, Economista-Chefe do Iedi, chama a atenção ao fato de o crescimento da produção brasileira ter ficado à frente dos Estados Unidos (2%) e da Coreia do Sul (0,7%), assim como de emergentes como México (-0,3%), África do Sul (-0,4%) e Rússia (0,8%). O ranking produzido pelo Iedi foi liderado por países do Leste Europeu, com destaques para Romênia (9,2%), Letônia (8,5%), Eslovênia (8%) e Estônia (7,7%). São países que tiveram melhor desempenho econômico em uma década por uma forte demanda da zona do Euro e o recebimento de recursos de fundos de desenvolvimento. Já a produção na China cresceu 6,6%. Os analistas consultados pelo boletim Focus, do Banco Central (BC), estimam que a produção industrial brasileira vai crescer 3,76% neste ano e mais 3,35% no ano que vem. O risco desse cenário, segundo Cagnin, está atualmente nas eleições presidenciais, que podem provocar instabilidade nas cotações de câmbio e juro nos mercados financeiros. *(Baseado em Valor Econômico – 05.03.2018).*

## PAINEL

*ANAC abre Audiência Pública para Proposta de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 21 (RBAC nº 21), intitulado “Certificação de Produto Aeronáutico”*

*ANAC abre Audiência Pública para aprovação de organização de projeto, e melhoria dos requisitos de aprovação e produção e de exportação de produtos e artigos aeronáuticos em comparação com a emenda 21-98 do Title 14 CFR, Part 21 da FAA. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 09 de abril de 2018.*

Saiba mais: [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br)

## Câmara instala comissão que vai analisar projeto de privatização da Eletrobrás

A Câmara dos Deputados instalou dia seis de março a comissão especial que vai debater o projeto de lei de privatização da Eletrobrás. Pela proposta apresentada, a privatização ocorrerá por meio do lançamento de novas ações no mercado até que a quantidade transforme a União em acionista minoritária. O projeto também prevê que para preservar interesses estratégicos nacionais, os novos acionistas serão proibidos de acumular mais de 10% do capital da Empresa. A privatização da Eletrobrás foi anunciada pelo



Governo em agosto do ano passado. De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o valor patrimonial da Empresa é de R\$ 46,2 bilhões e o total de ativos soma R\$ 170,5 bilhões. O Governo espera obter com a venda cerca de R\$ 12 bilhões. A Empresa é responsável por um terço da geração de energia do País. *(Baseado em InfoMoney – 06.03.2018)*

## Sem leilões, produção de petróleo em terra recua 40% desde o fim do monopólio

A produção de petróleo em terra chegou, literalmente, ao fundo do poço. Os campos terrestres espalhados principalmente pela região Nordeste fecharam 2017 amargando seu pior desempenho desde o fim do monopólio da Petrobrás no setor. De lá para cá, a produção de óleo terrestre caiu de 212 mil barris diários em 1998 para os atuais 127 mil por dia, uma queda de 40%, revelam dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O recuo acentuado começou a ganhar força nos últimos anos, dizem especialistas, com a paralisação das rodadas de licitações no País, a crise da Petrobrás e a redução do preço do barril no mercado internacional. A produção em terra no Brasil responde atualmente por cerca de 8% do total extraído, contra 50,6% do pré-sal e 41,4% do pós-sal, diz a ANP. Porém, há uma expectativa de que esses números possam mudar nos próximos anos. Segundo empresários, a Petrobrás já está negociando com o mercado a venda de 69 campos terrestres, em um processo que foi iniciado há três anos e foi paralisado após questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) no ano passado. Além disso, a própria ANP está desenhando um novo ambiente regulatório para atrair mais investidores, com redução de royalties e o uso das reservas como garantia bancária. *(Baseado em O Petróleo – 26.02.2018)*

## Governo pretende alterar regras para compra de energia

O Governo quer alterar a forma de contratação de energia antes de acelerar o processo de abertura do mercado livre. O objetivo é solucionar parte do problema de financiamento de projetos voltados ao mercado livre, reduzindo assim o risco de desabastecimento futuro com a abertura maior desse ambiente de negociação. Para isso, a ideia do Ministério de Minas e Energia (MME) é implementar em 2021 a separação da contratação de lastro e de energia das usinas, medida que faz parte da proposta de projeto de lei sobre a reforma do marco legal do setor elétrico, encaminhada pela pasta à Casa Civil e que deve ser apresentada ao Congresso nas próximas semanas. Hoje, há dois tipos de consumidor de energia. O cativo é aquele que compra energia das distribuidoras. O consumidor livre escolhe de quem vai comprar, mas há um limite em vigor para quem pode migrar para esse mercado, que abrange apenas aqueles com consumo superior a 3 Megawatts (MW), os chamados grandes consumidores, em sua maioria empresas. Como os bancos exigem contratos de longo prazo de compra de energia como garantia para financiar novos projetos de geração, a expansão do sistema hoje é praticamente financiada pelos consumidores do mercado cativo, que pagam por isso por meio da tarifa de energia. Com a mudança em estudo, que vai separar os contratos de energia em dois - lastro e energia -, os consumidores do mercado livre também vão ajudar a financiar a expansão da geração. Na prática, o lastro é a confiabilidade de geração, ou a segurança de suprimento, da usina. O lastro deverá ser contratado de forma centralizada, por meio de leilões de longo prazo, e o custo será repassado a todos os consumidores (livres e cativos). Já a compra da energia, que é a parte comercial, poderá ser negociada por outro contrato de forma bilateral, sem interferência do Governo e sem prazo definido. No mercado cativo, porém, as distribuidoras deverão ter um limite mínimo de contratação comercial de energia (hoje é de 100%). Com isso, o consumidor final do mercado cativo, hoje a salvo do risco da variação do preço de energia no mercado à vista, passará a ter algum risco, embora ainda menor que o consumidor do mercado livre. A estratégia de separar a contratação de lastro e energia antes da abertura mais intensa do mercado livre tem o objetivo de garantir a possibilidade de financiamento da construção de novas usinas em um ambiente de contratação mais liberado, em que os contratos de energia, em geral, deverão ter prazos inferiores aos do financiamento da usina. Esse sempre foi um obstáculo à expansão do mercado livre. *(Baseado em Valor Econômico – 09.03.2018).*

## MP para saneamento deve ir ao Congresso em março

Em análise pelo Governo Federal desde 2016, a MP que altera o marco regulatório do setor de saneamento deve sair das discussões do Executivo e ser enviada para o Congresso nas próximas semanas. As mudanças pretendidas, no entanto, enfrentam rejeição principalmente das empresas estaduais. Segundo a Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência, Martha Seillier, o texto da MP está em discussão interministerial desde novembro e deve passar agora pela fase de avaliações nas pastas de Cidades, Planejamento e Meio Ambiente. “Entramos na parte da burocracia, dos pareceres jurídicos para assinaturas dos

Ministros”, afirmou Martha em evento promovido pela Abes, associação dos engenheiros de saneamento. A Abes assume a linha de frente das críticas à MP, tanto na forma como no conteúdo - o desejo é que a mudança acontecesse via projeto de lei -, contando com apoio das estatais de saneamento em parte das discussões. O principal ponto de discordância com o Governo é o artigo 10-A da minuta atual, que obriga os municípios a abrirem chamamento público na ocasião de renovação dos contratos com as empresas estaduais. Atualmente, essa renovação pode ser automática. *(Baseado em Valor Econômico – 28.08.2018).*

## Banco muda operação e anuncia *spread* mais baixo

A partir deste mês o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) opera com uma nova política operacional, marcada por um *spread* bancário médio mais barato para o tomador de crédito. Além da redução do custo médio dos empréstimos que remuneram o banco (*spread*) de 1,7% ao ano para 1,3% ao ano, a nova política operacional do BNDES também contempla alongamento de prazos de alguns financiamentos, como infraestrutura (de 20 anos para 34 anos), e aumento da participação máxima dos desembolsos da instituição federal nos investimentos principalmente de pequenas

e médias empresas e projetos de microcrédito. Segundo o Presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, os *spreads* cobrados pelo Banco passam a ter faixas que vão de um mínimo de 0,9% ao ano para setores incentivados até um máximo de 2,1% ao ano. Segurança, inovação, saneamento e qualificação profissional são os setores que tiveram as maiores reduções. “Não fazia sentido haver uma taxa de *spread* única para todos os setores. Esperamos estimular a economia, mas não dá para precisar o impacto no Produto Interno Bruto”, acrescentou o executivo. *(Baseado em Valor Econômico – 07.03.2018).*

# 1. ENERGIA ELÉTRICA

## 1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)  
de 15 de fevereiro de 2018 até 31 de dezembro de 2022**

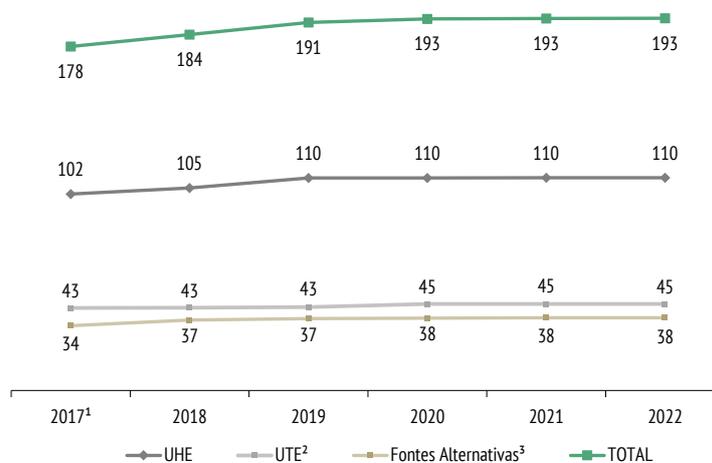
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	2.311	5.236	0	32	0	7.579
Otimista	2.311	5.236	0	32	256	7.836
Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	108	345	1.544	0	50	2.046
Otimista	110	825	1.823	1.244	50	4.052
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	2.538	389	240	0	0	3.167
Otimista	3.009	1.925	1.429	895	149	7.408
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	4.957	5.970	1.784	32	50	12.793
Otimista	5.431	7.986	3.252	2.171	456	19.295

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 1,1% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de fevereiro de 2018 e 31 de dezembro de 2022.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 19,3 mil MW no período 2018-2022. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 1,8% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)  
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.  
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

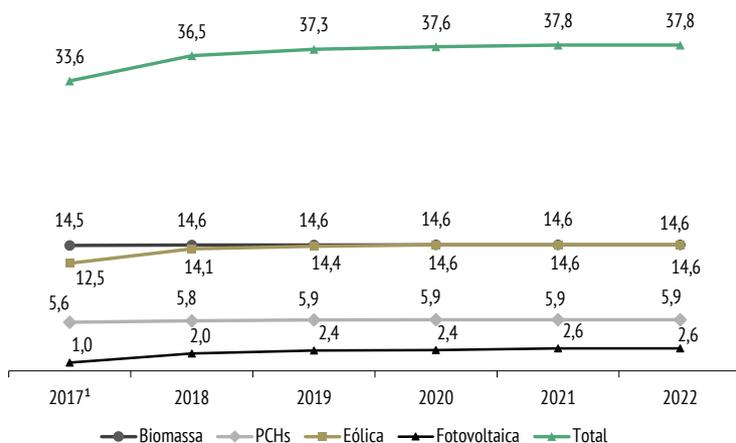
**Previsão da Capacidade Instalada\* (GW) Cenário Conservador**



Fonte:  
Elaboração própria com dados da Aneel.

Notas:  
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2017.  
<sup>2</sup> UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.  
<sup>3</sup> PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.  
\* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)  
Cenário Conservador**



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.  
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2017.

*A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2017, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 3,43% e 2,6%.*

Entre 2018 e 2022, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 8,2% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 4,8% no mesmo período. Em dezembro de 2017, a participação das UHEs foi de 57% na matriz elétrica nacional (desconsiderando as centrais nucleares) e deve permanecer no mesmo patamar até 2022. A participação na capacidade total instalada das UTES foi de 24% em 2017 e deve se manter no mesmo patamar até 2022.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve se manter em 8% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve se manter em 3% até 2022. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2022, passará de 7% para 8%, enquanto as usinas solares fotovoltaicas representaram 1% e deve manter o mesmo valor até 2022.

### 1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 7,8 mil MW de UHEs até 2022 e a previsão conservadora prevê uma entrada de 7,7 mil MW para o mesmo período. Em outras palavras, cerca de 97% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista de 4,1 mil MW até 2022. Cerca de 51% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

### 1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 267 MW de potência adicional até 2022. Já no cenário otimista, até 2022, devem entrar em operação um total de 1,4 mil MW. As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 88 MW até 2022. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 496 MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 3,9 mil MW, apenas 53% da potência (2,1 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2022. Até 2022, as usinas solares fotovoltaicas têm previsão otimista de entrada em operação 1,6 mil MW e 755 MW para o cenário conservador.

Artigo relativamente recente publicado em Energy Policy questiona o mérito das usinas hidroelétricas. Os autores de “Should we build more large dams? The actual costs of hydropower megaproject development” reconhecem que o século XXI se defronta com desafios energéticos de monta em escala mundial. O crescimento populacional subjaz a demanda crescente de energia, tanto de eletricidade quanto de combustíveis para o transporte. Os propósitos de universalização do consumo, garantia de suprimento e mitigação dos efeitos de mudanças climáticas impõem complexo trade-off às decisões de política energética.

A capacidade de geração global instalada tende a passar de 5,2 TW em 2010 para 9,3 TW em 2035. Destacam que a “grande solução” de hoje para tamanhos desafios é a central hidroelétrica de grande porte provida de reservatório hídrico. Logo questionam se essa é a opção efetiva frente aos riscos envolvidos. Indagam se projetos de pequena dimensão poderiam constituir decisão mais prudente da ótica da gestão de risco e da otimização do valor atual líquido, mesmo que possam significar custo unitário de produção pouco superior

De todo modo, prossegue mundo afora a construção de projetos hidroelétricos de escalas inéditas, como Belo Monte no Brasil, com 11.233 MW de capacidade instalada; Diemer-Bhasha no Paquistão, com barragem de 272 m de altura e capacidade de 4.500 MW; Myitsonne na Birmânia, com barragem de 140 m de altura e capacidade de 6.000 MW; Gilgel Gibe III na Etiópia, com barragem de 243 m de altura e capacidade de 1.870 MW; Xiluodu na China, com barragem de 278 m de altura e capacidade de 13.860 MW.

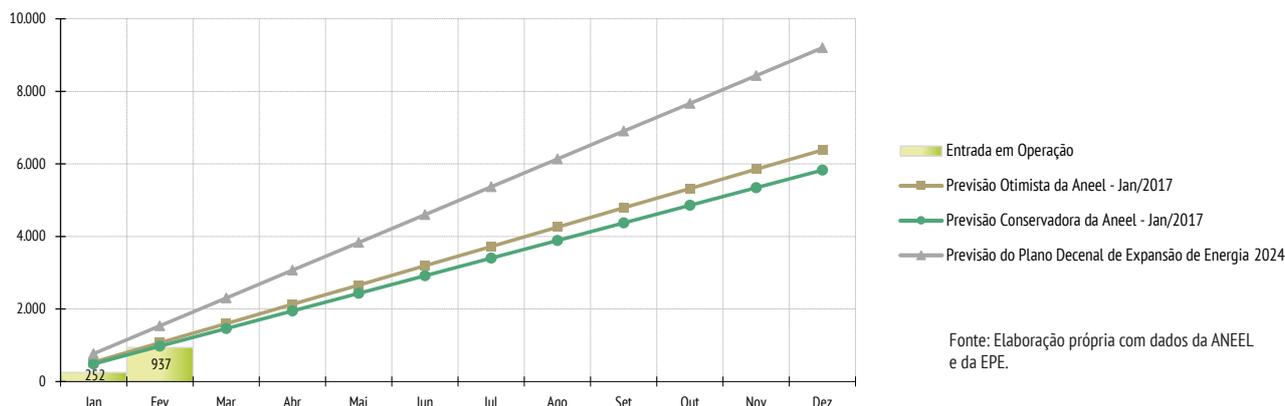
A controvérsia associada às grandes barragens, segundo o texto em pauta, estão o mais das vezes associadas aos elevados montantes de custos financeiros e impactos nas contas públicas. Além disso, ressaltam os impactos ambientais, ecológicos e sociais das obras, e os dilatados prazos de construção. Sustentam que a barragem de Três Gargantas é uma “ruína ambiental” que custará cerca de US\$ 27 bilhões em compensações ambientais ao longo da década. Alegam que os erros de previsão de custo se repetem tal como na reiterada subestimação, a cada quatro anos, do custeio dos jogos olímpicos. Ponderam que os benefícios esperados das obras são incertos e como exemplo destacam comentário do World Commission on Dams quanto à geração média das grandes hidrelétricas no primeiro ano de operação comercial, que não cifra senão 80% da meta.

Admitem os autores do trabalho citado certos benefícios da grande barragem: redução do consumo de combustíveis fósseis, controle de enchentes, irrigação, suprimento de água, navegação, avanço tecnológico e criação de postos de trabalho. Contudo, não mencionam os estímulos ao desenvolvimento sócio econômico na área de influência dos projetos hidroelétricos nem a ordenação ambiental proporcionada pela introdução dos empreendimentos em zonas degradadas ou em bosques carentes de fiscalização. Veja-se o caso da hinterland brasileira. Deixados os bosques intocados e desprotegidos, pouco restará como legado para as gerações futuras. A disjuntiva é ação racional ou acaso imponderável e custoso. Os danos da hipertrofia dos planos de energia podem ser afastados pela ampla participação de investidores e demais agentes interessados nos empreendimentos.

### *11.3. Expansão da Capacidade de Geração*

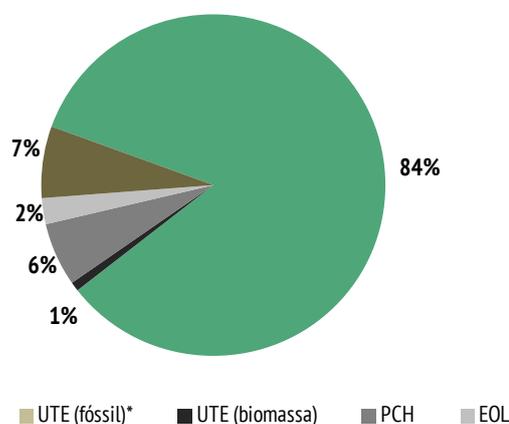
O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

### Expansão da Capacidade de Geração em 2018 (MW) De 1º de janeiro a 15 de fevereiro de 2018



Em 2018, até 15 de fevereiro, entraram em operação 937 MW. Desse total, as UHEs representaram 84% da potência total que entrou em operação totalizando 786,1 MW. As EOLs representaram 7%, totalizando 63,6 MW. As UFVs representaram 6% (56,2 MW), as PCHs apenas 2% (23 MW), enquanto a biomassa representou 1% (8,3 MW) da potência total instalada e as UTEs fósseis representaram 0%.

### Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de fevereiro de 2018



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.  
\* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

## 1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em janeiro de 2018, 39.501 GWh, apresentando valor 1% superior ao observado em janeiro de 2017.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 13.604 GWh, valor 4% superior ao observado no mesmo mês de 2017. O consumo industrial de energia elétrica representou 34% do total de energia elétrica consumida em janeiro de 2017.

Apesar da permanência da alta ociosidade (cerca de 25%) do parque produtivo em janeiro (FGV), alguns indicadores ajudaram a explicar a melhora no quadro industrial no mês, tais como o crescimento de 11,9% na demanda por crédito das indústrias (SERASA EXPERIAN), o aumento de 3,0% nas vendas do varejo de materiais de construção (ANAMACO) e os avanços na produção (+24,1%), nas exportações (+23,9%) e nos licenciamentos (+23,1%) de veículos automotores (ANFAVEA).

### Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

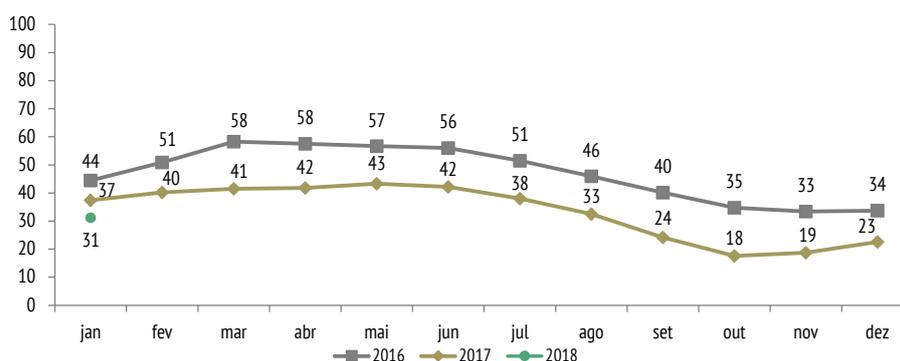
Classe	Janeiro	Janeiro	Var. %
	2017	2018	
Residencial	11.881	11.852	0
<b>Industrial</b>	<b>13.119</b>	<b>13.604</b>	<b>4</b>
Comercial	7.775	7.627	-2
Outras	6.465	6.418	-1
<b>Total</b>	<b>39.240</b>	<b>39.501</b>	<b>1</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

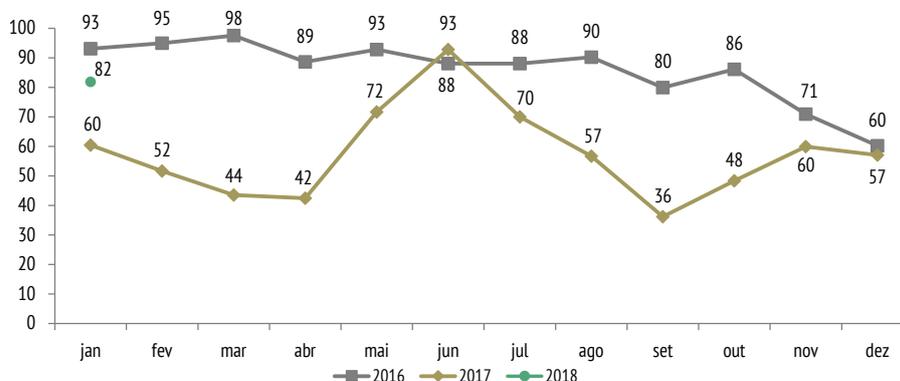
### 1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em janeiro de 2018, somente as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram energia armazenada abaixo do valor do mesmo mês do ano anterior. A região Sul apresentou energia armazenada 20% superior à apresentada em janeiro de 2017, porém 11% abaixo da apresentada em janeiro de 2016. Em janeiro de 2018, a região Norte apresentou energia armazenada 8 pontos percentuais superior à verificada em janeiro de 2017. A região Nordeste apresentou pouca variação, tendo a energia armazenada verificada de 18% em janeiro de 2018, apenas 1% superior em relação à verificada no mesmo mês do ano anterior.

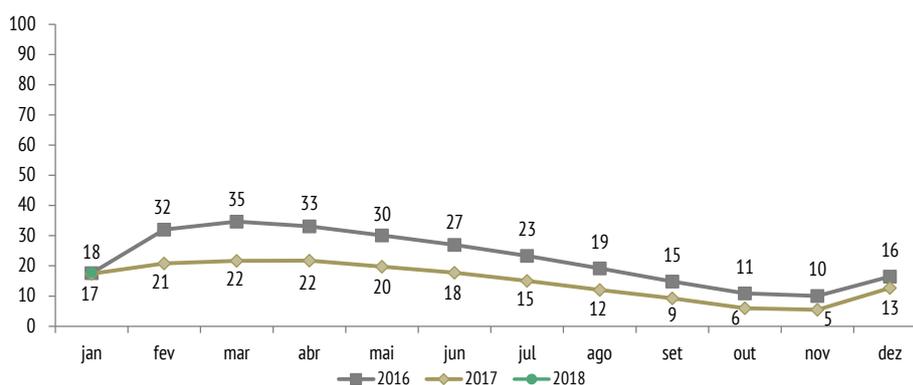
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016-2018  
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016-2018  
Sul (%)**

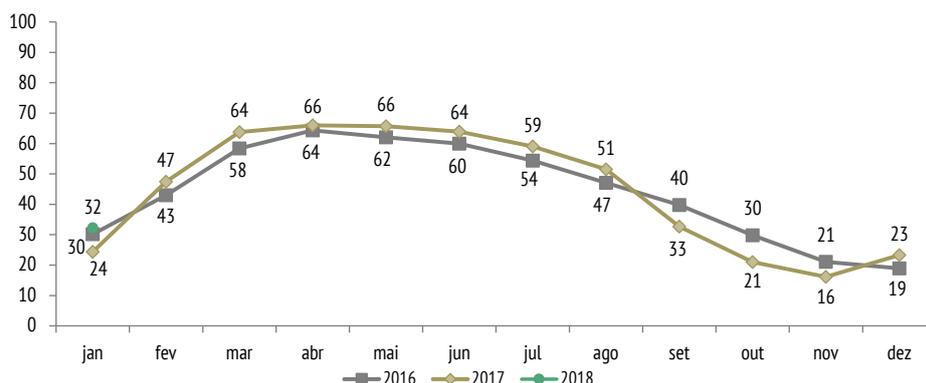


**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016-2018  
Nordeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016-2018  
Norte\* (%)**

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.



### 1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2018, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 40,16 e R\$ 505,18/MWh.

Na quarta semana de janeiro de 2018, o PLD atingiu um valor diferente para cada região, o maior valor para carga média e pesado foi de R\$ 197,61/MWh das regiões Sudeste/Centro-Oeste, e a menor foi do Norte, atingindo R\$ 148,03, e para carga leve também, o maior valor foi do Sul, atingindo R\$ 187,85. Todas regiões atingiram valor abaixo do determinado para 2018.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)  
Semana 4 – Janeiro 2018 (Período: 20/01/2018 a 26/01/2018)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	197,61	194,19	194,31	148,03
Média	197,61	194,19	194,31	148,03
Leve	184,60	187,85	183,45	141,33

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. No mês de janeiro de 2018, todas as regiões menos o Norte apresentaram PLD médio similares entre R\$ 177,82 e R\$ 180,07. A maior variação verificada é a da região Sudeste/Centro-Oeste, 48% superior relação a 2017, seguido por Sul com 46%. A região Norte apresentou um PLD médio de R\$ 142,23, valor 17% superior o mesmo mês do ano anterior.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)  
Mensal**

Região	Janeiro	Janeiro	Variação (%)
	2017	2018	
Sudeste/Centro-Oeste	121,44	180,07	48
Sul	121,44	177,82	46
Nordeste	139,25	178,01	28
Norte	121,44	142,23	17

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

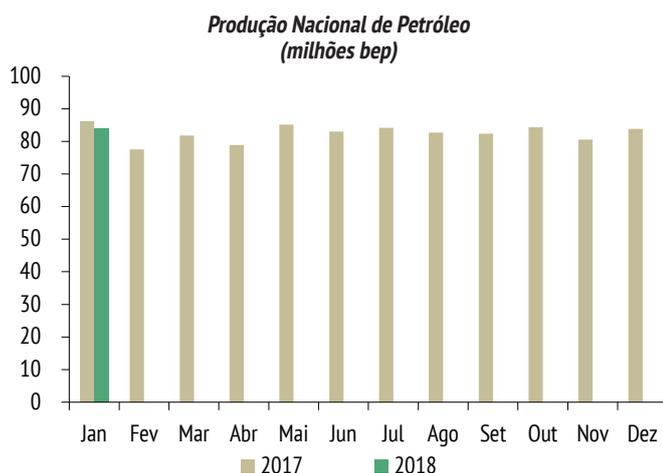
## 2. PETRÓLEO

### 2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

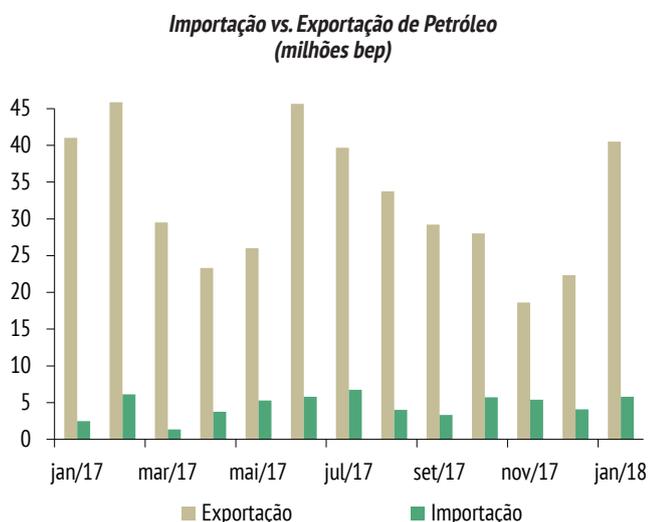
A produção nacional de petróleo, no mês de janeiro de 2018, foi de 83,9 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 2,7% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 3% inferior ao ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em janeiro de 2018 foi de 27°, sendo que 38,1% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 46,5% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 15,3% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em janeiro de 2018, foi de 50,1 milhões bep. Esse volume foi 6% inferior ao observado em janeiro de 2017. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 6% inferior.

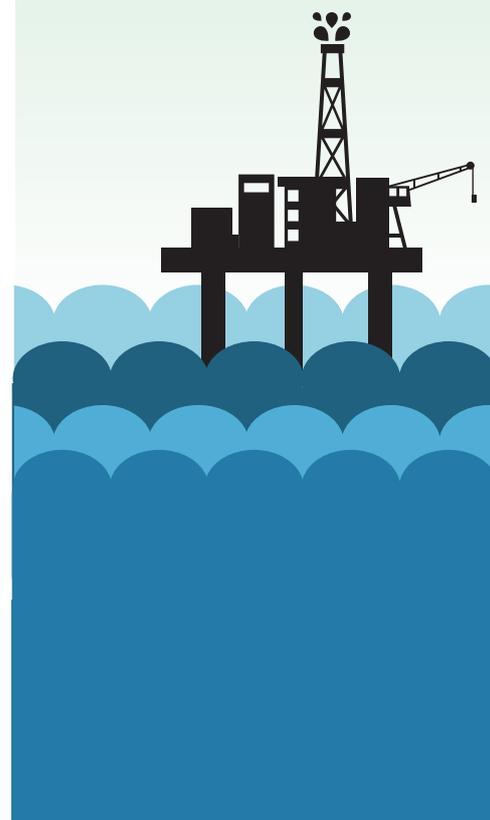


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

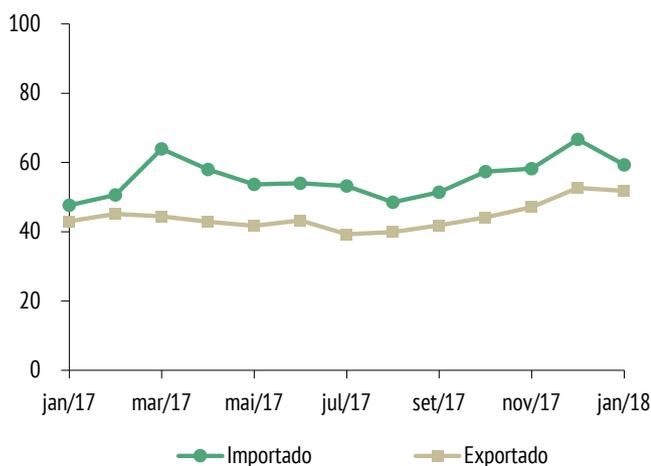


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*De acordo com a ANP, em dezembro de 2017, cerca de 95% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.*



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado  
(US\$ FOB/barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em janeiro de 2018, foi de 40,5 milhões de bep, volume 1,2% inferior ao exportado em janeiro de 2017. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 1% inferior ao observado no mesmo período de 2017.

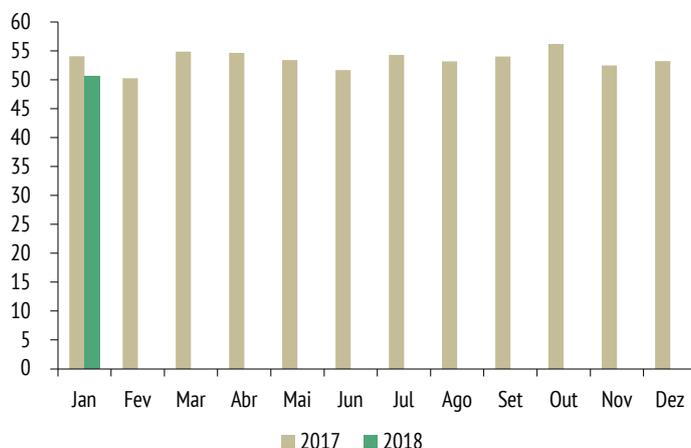
O preço médio do petróleo importado pelo País, em janeiro de 2018, foi de US\$ 59,34/barril, valor 24,4% superior ao observado em janeiro de 2017.

## 2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em janeiro de 2018, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 50,9 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m<sup>3</sup>), volume 6,4% inferior ao produzido em janeiro de 2017. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 6% inferior ao mesmo período do ano passado.

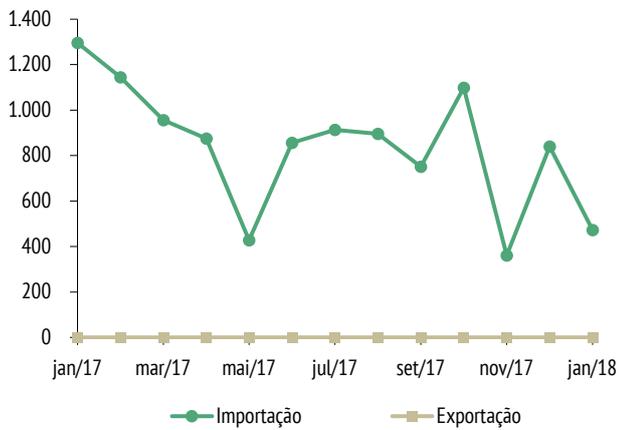
A importação de derivados de petróleo, em janeiro de 2018 foi de 19,8 milhões bep, valor 13,6% superior ao registrado em janeiro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 14% superior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo  
(milhões bep)**



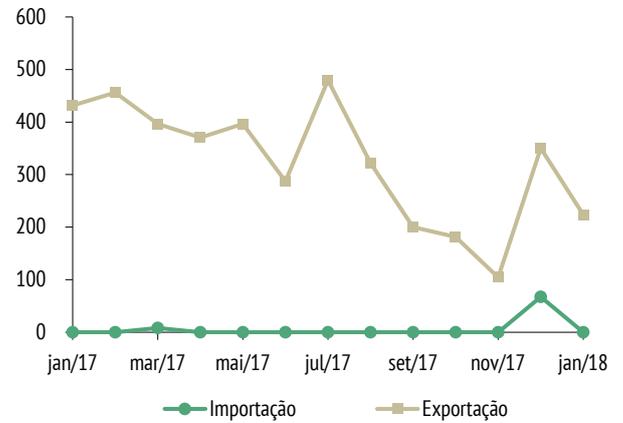
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Nafta**  
(mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

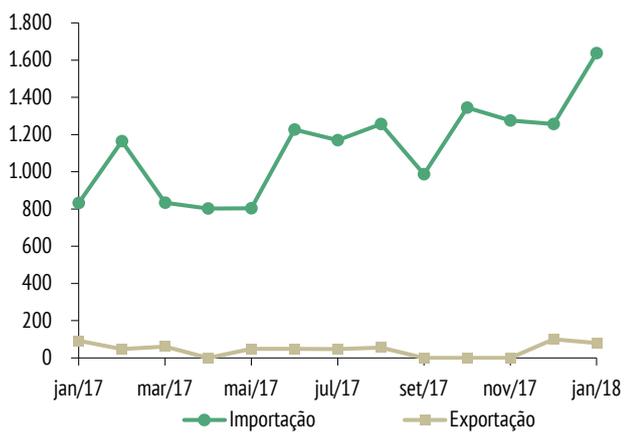
**Importação e Exportação de Óleo Combustível**  
(mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

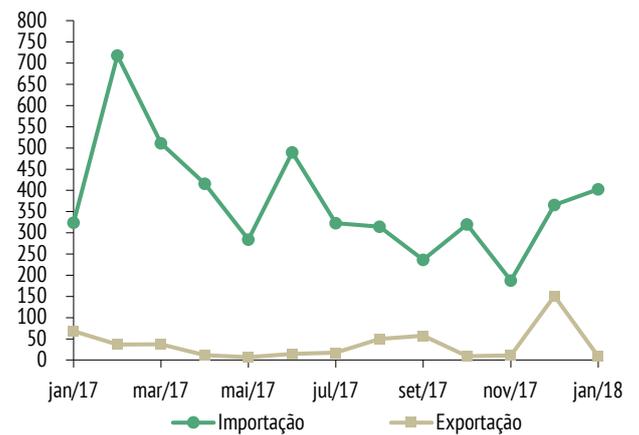
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em janeiro de 2018, foi constatado um total de 5,9 milhões bep, o que representa um volume 29,1% inferior ao observado no mesmo mês de 2017. No acumulado do ano, a exportação foi 30% inferior.

**Importação e Exportação de Óleo Diesel**  
(mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Gasolina**  
(mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em janeiro de 2018, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 40% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 25 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 62 milhões de bep. Em janeiro de 2017, a dependência externa foi negativa em 24%. No acumulado do ano de 2017, foi observada uma dependência negativa de 40%.

#### Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Janeiro/2017	Janeiro/2018
Produção de Petróleo (a)	76	86
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-24	-39
Imp. Líq. de Derivados (c)	9	14
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	61	62
Dependência Externa (e)=(d-a)	-15	-25
<b>Dependência Externa (e)/(d)</b>	<b>-24%</b>	<b>-40%</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em janeiro de 2018, apresentou saldo positivo de US\$ 624 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 624 milhões FOB mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi positivo de US\$ 48 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo positivo de US\$ 624 milhões FOB.

#### Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Janeiro/2017	Janeiro/2018
<b>Petróleo</b>		
Receita com exportação (a)	811	1.764
Dispêndio com importação (b)	232	118
Balança Comercial (c)=(a-b)	579	1.646
<b>Derivados</b>		
Receita com exportação (d)	471	423
Dispêndio com importação (e)	1.002	1.445
Balança Comercial (f)=(d-e)	-531	-1.022
<b>Petróleo e Derivados</b>		
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.283	2.188
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.235	1.563
<b>Balança Total (i)=(g)-(h)</b>	<b>48</b>	<b>624</b>

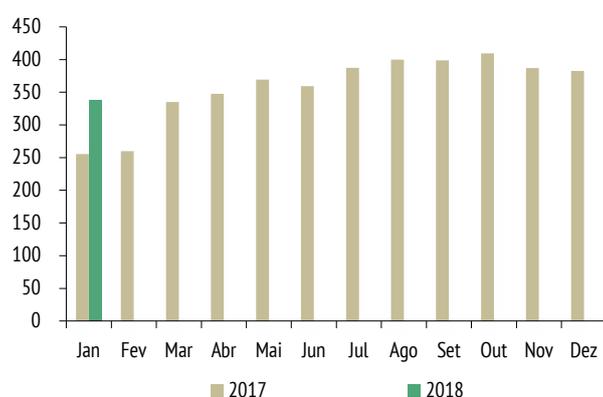
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 3. BIOCOMBUSTÍVEIS

### 3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

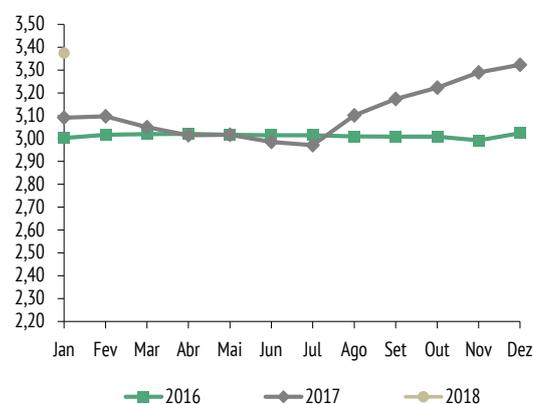
A produção nacional de biodiesel, em janeiro de 2018, foi de 338 mil m<sup>3</sup>, montante 32,3% superior ao produzido em janeiro de 2017. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 32% superior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em janeiro de 2018, foi de R\$ 3,375/ℓ, valor 9,2% superior ao observado em janeiro de 2017.

**Produção de Biodiesel  
(mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel  
(R\$/ℓ)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 3.2. Álcool

#### 3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2016/2017, já encerrada, produziu 27,8 milhões de m<sup>3</sup> de álcool, volume 9% inferior ao produzido na safra 2015/2016. Já a produção de açúcar teve um aumento significativo de 16% em relação à safra anterior, totalizando 38,8 milhões de toneladas.

A nova safra 2017/2018 produziu, até o dia 31 de janeiro de 2018, 26,9 milhões de m<sup>3</sup> de álcool, sendo 15,9 milhões de m<sup>3</sup> referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). A produção total de álcool manteve o mesmo valor em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar se manteve em crescimento em relação ao mês anterior, até 31 de janeiro, produziu-se 37,4 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2016/2017.

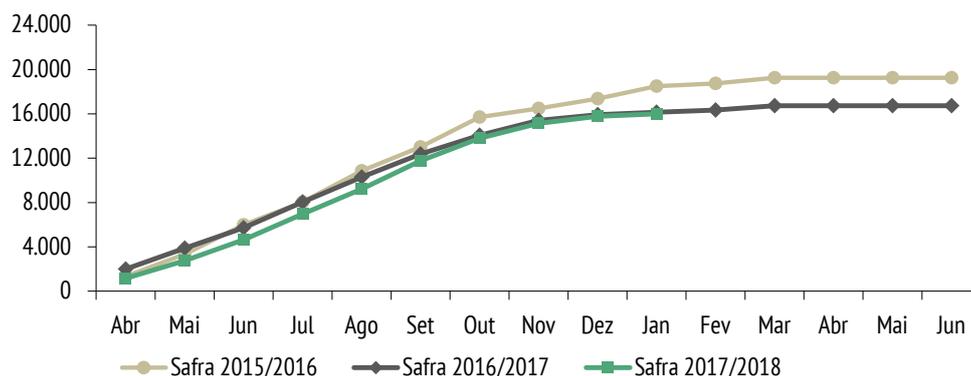
As safras se iniciam em abril e se encerram em junho do ano posterior. Assim, durante 3 meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

**Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados**

	Safra 2016/2017 (até 31 de janeiro de 2017)	Safra 2017/2018 (até 31 de janeiro de 2018)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m <sup>3</sup> )	10.891	10.940	0
Álcool Hidratado (mil m <sup>3</sup> )	16.149	15.997	-1
<b>Total Álcool (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>27.040</b>	<b>26.937</b>	<b>0</b>
Açúcar (mil ton)	38.156	37.389	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

**Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

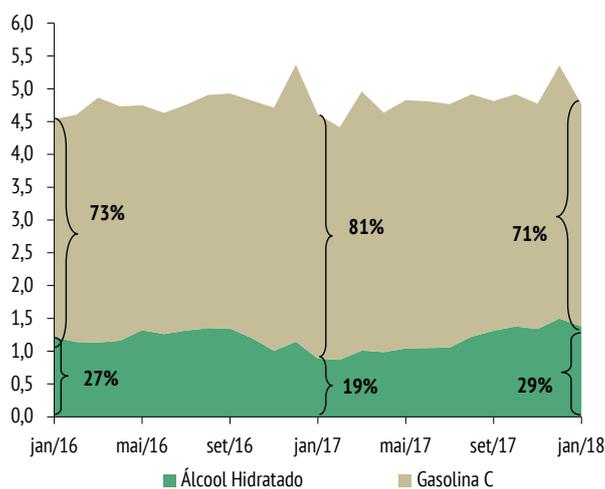
### 3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,4 milhões m<sup>3</sup> em janeiro de 2018. Esse número representa um aumento de 55,3% em relação ao volume vendido em janeiro do ano anterior.

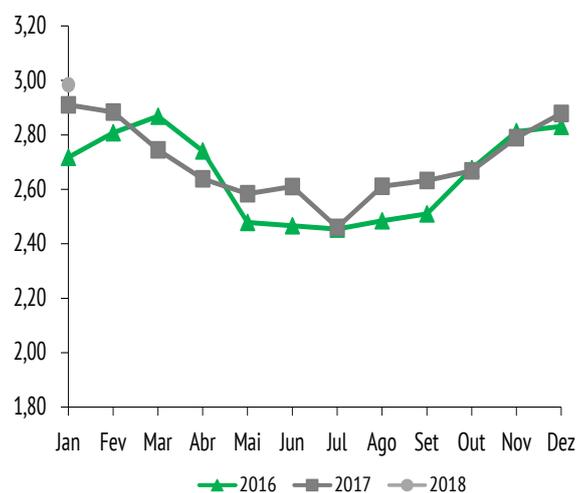
As vendas de álcool etílico hidratado representaram 29% do universo de vendas do álcool e da gasolina em janeiro de 2018. Essa participação foi 10% superior ao observado em janeiro de 2017.

Em janeiro de 2018, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,984/ℓ, valor 2,5% superior ao registrado no mesmo período de 2017.

**Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup> (milhão m<sup>3</sup>)**



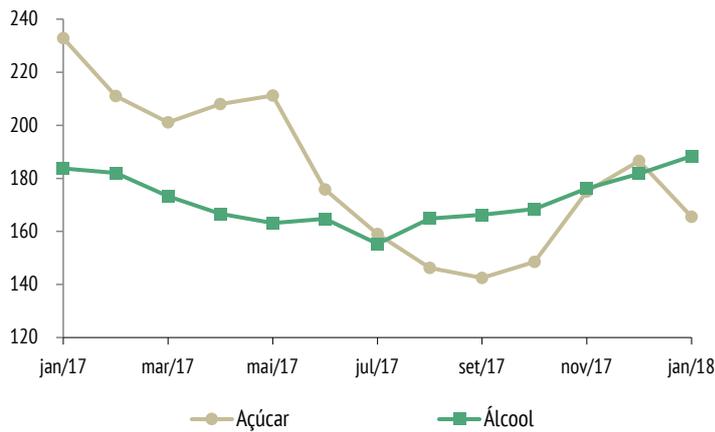
**Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)**



<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.  
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado  
(JAN/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

## 4. GÁS NATURAL

### 4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em janeiro de 2018, foi de 109,9 milhões m<sup>3</sup>, representando um aumento de 13% comparado à média verificada em janeiro de 2017.

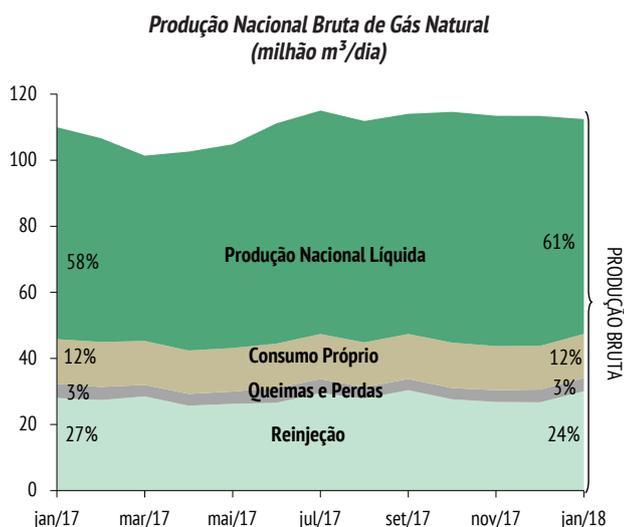
A importação de gás natural realizada pelo País, em janeiro de 2018, foi de 14,5 milhões m<sup>3</sup>/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 78,7 milhões m<sup>3</sup>/dia. Este montante é 20% inferior ao observado em janeiro de 2017.

*A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 42% em janeiro de 2018. Em janeiro de 2017, essa proporção havia sido de 47%.*

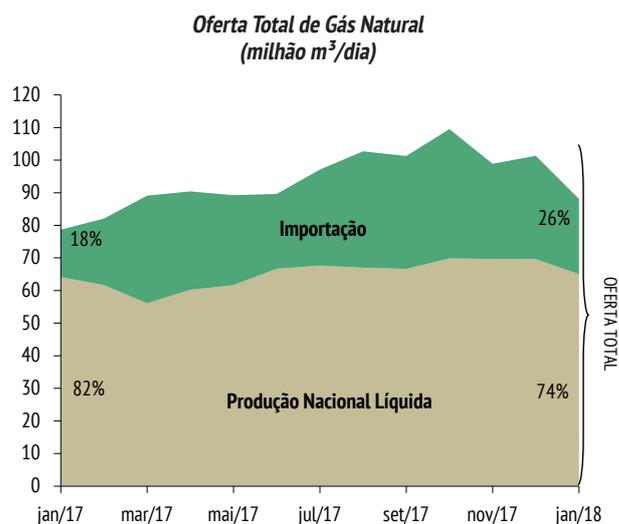
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m<sup>3</sup>/dia)

	Média em Janeiro/2017	Média em Janeiro/2018	Variação (%)
<b>Produção Nacional<sup>1</sup></b>	<b>97.246</b>	<b>109.940</b>	<b>13%</b>
- Reinjeção	30.429	27.999	-8%
- Queimas e Perdas	3.275	4.283	31%
- Consumo Próprio	12.468	13.525	8%
<b>= Produção Nac. Líquida</b>	<b>51.074</b>	<b>64.133</b>	<b>26%</b>
+ Importação	46.672	14.539	-69%
<b>= Oferta</b>	<b>97.746</b>	<b>78.672</b>	<b>-20%</b>

<sup>1</sup> Não inclui Gás Natural Liquefeito.  
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

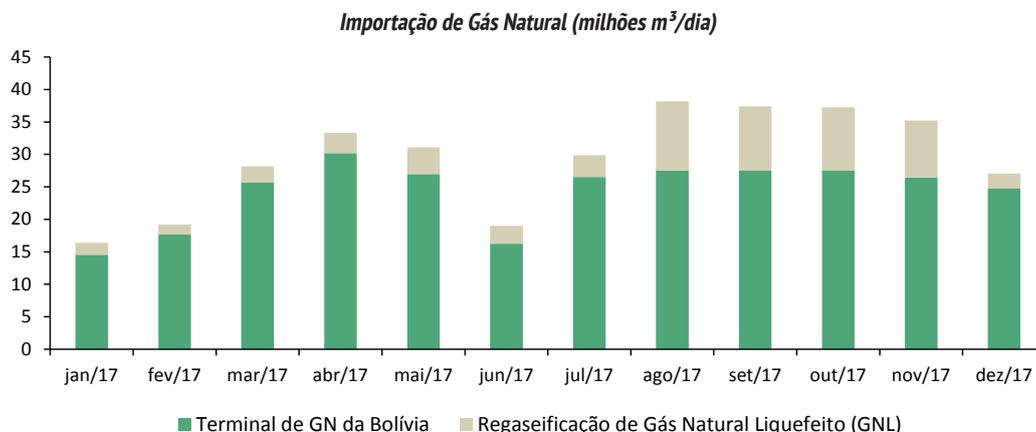


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em dezembro de 2017, foi de 24,8 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 36% superior ao observado no mesmo mês de 2016.

Em dezembro de 2017, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 2,3 milhões m<sup>3</sup>/dia, volume 61% superior ao montante observado em dezembro do ano anterior.



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

## 4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em janeiro de 2018 foi, em média, cerca de 60,8 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 13% superior ao volume médio diário consumido em janeiro de 2017.

O setor industrial, em janeiro de 2018, consumiu cerca de 27,2 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, volume 11% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

### Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m <sup>3</sup> /dia)		Variação %	
	Janeiro/2017	Janeiro/2018	Jan-2018/Jan-2017	Acumulado no Ano
<b>Industrial</b>	<b>24.406</b>	<b>27.174</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
Automotivo	5.125	5.483	7	7
Residencial	810	967	19	19
Comercial	669	752	12	12
Geração Elétrica	16.356	21.786	33	33
Co-geração*	2.505	2.908	16	16
Outros	3.998	1.704	-57	-57
<b>Total</b>	<b>53.869</b>	<b>60.774</b>	<b>13</b>	<b>13</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

\*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

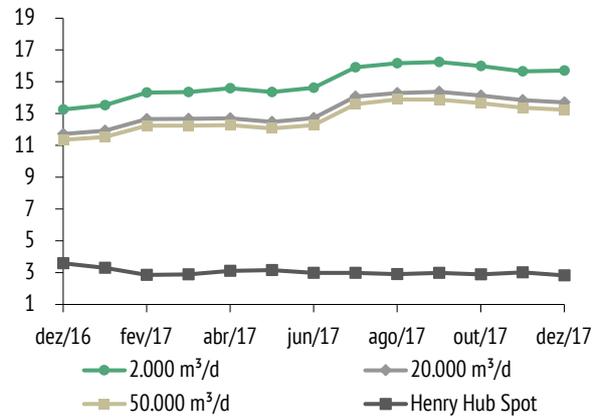
O setor industrial foi responsável por 45% do consumo de gás natural em janeiro de 2018. A geração elétrica foi o segundo maior setor em consumo, responsável por 36% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

#### 4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em dezembro de 2017, foi de US\$ 14,2/MMBTU, valor 17% superior ao observado em dezembro de 2016 (US\$ 12,1/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em dezembro de 2017, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,82/MMBTU, valor 21% inferior ao apresentado em dezembro de 2016 (US\$ 3,59/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado Spot Henry Hub<sup>2</sup> (US\$/MMBTU)



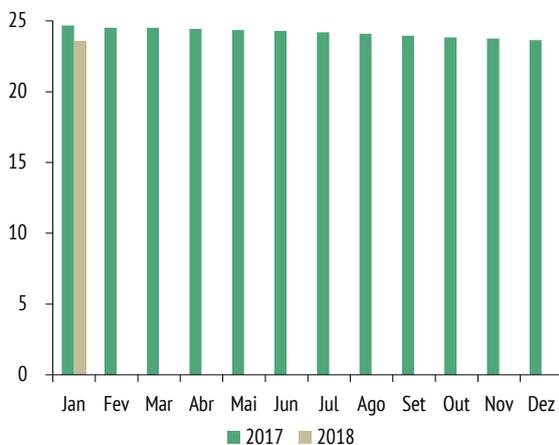
Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).  
<sup>1</sup> Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.  
<sup>2</sup> Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

## 5. TELECOMUNICAÇÕES

### 5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa (ANATEL)

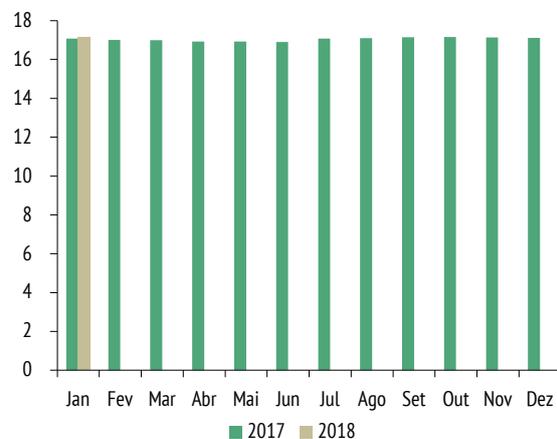
Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acessos fixos instalados em janeiro de 2018 foi de 17,1 milhões e tiveram um crescimento de 0,4% em relação ao registrado em janeiro de 2017. O total de acesso fixos em serviço reduziu para 23,5 milhões em janeiro de 2018, valor 5% inferior ao registrado em janeiro de 2017.

Acessos Fixos Em Serviço (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Acessos Fixos Instalados (milhões)

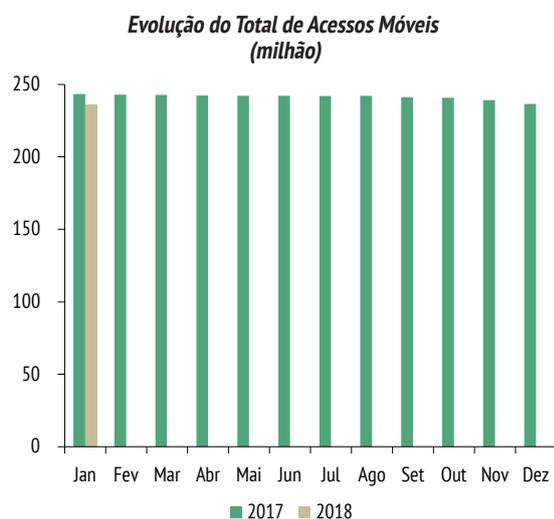


Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

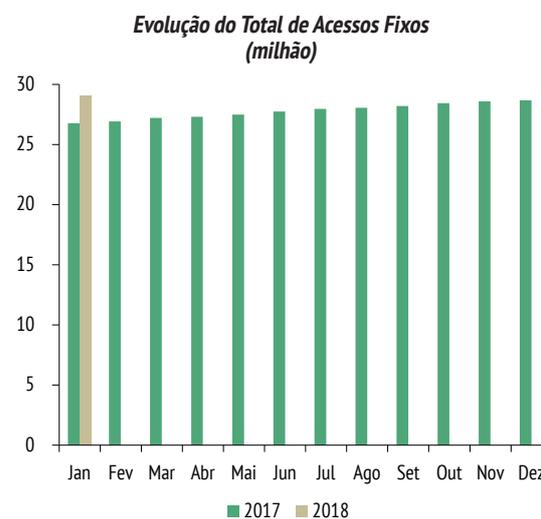
## 5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em janeiro de 2018 foi de 236,2 milhões, montante 3% inferior ao observado no mesmo período de 2017.

Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 9% se compararmos com os valores de janeiro de 2017. Em janeiro de 2018 tivemos aproximadamente 29,1 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 26,7 milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

# 6. TRANSPORTES

## 6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em janeiro de 2018, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) não apresentou um aumento em relação a janeiro de 2017. A movimentação de granel líquido foi 3% inferior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior, enquanto a carga geral apresentou uma queda de 29%.

Os TUPs representaram 70% da movimentação total de carga nos portos e terminais em janeiro de 2018. A movimentação total nos TUPs foi de 55.567 mil toneladas, volume 1% inferior ao observado em janeiro de 2017. Os portos públicos movimentaram 23.913 mil toneladas, volume 2% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

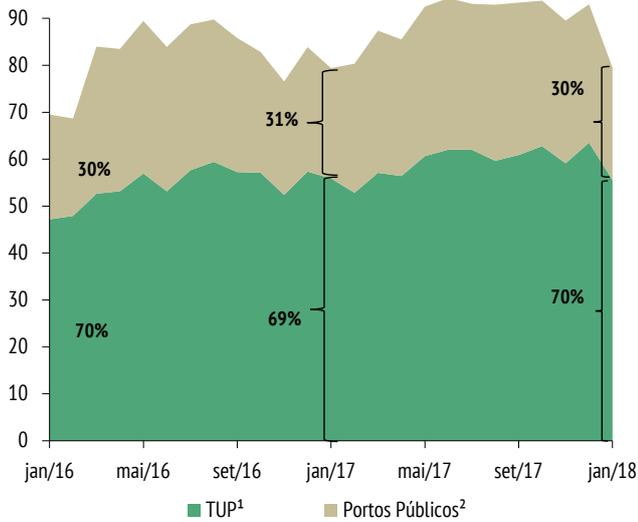
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País, em janeiro de 2018, foi de 771 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), volume 10% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

**Movimentação Total de Cargas – por natureza\* (mil t)**

	Período		Variação %
	Jan/2017	Jan/2018	Jan-2018 / Jan-2017
<b>Granel Sólido (a)</b>	<b>47.394</b>	<b>47.443</b>	<b>0%</b>
Portos Públicos	12.212	11.859	-3%
TUPs	35.182	35.584	1%
<b>Granel Líquido (b)</b>	<b>19.520</b>	<b>18.963</b>	<b>-3%</b>
Portos Públicos	4.346	4.299	-1%
TUPs	15.174	14.664	-3%
<b>Carga Geral Solta (c)</b>	<b>12.476</b>	<b>8.838</b>	<b>-29%</b>
Portos Públicos	6.933	6.365	-8%
TUPs	5.543	2.473	-55%
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>79.390</b>	<b>79.480</b>	<b>0%</b>
Portos Públicos	23.491	23.913	2%
TUPs	55.899	55.567	-1%

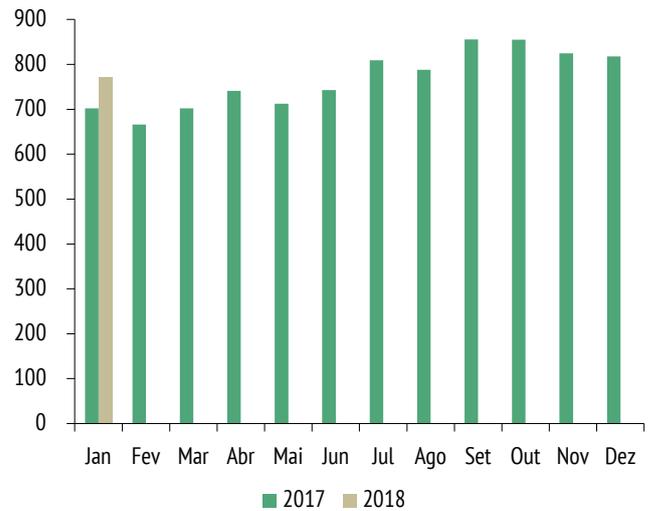
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.  
\* Terminais de uso privativo (114 instalações).  
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Cargas  
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.  
\*Terminais de uso privativo (114 instalações).  
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres\*  
(mil TEUs)**



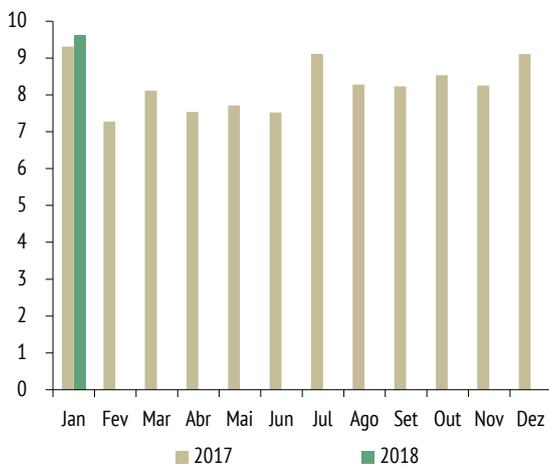
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.  
\*Terminais de uso privativo (114 instalações).  
Portos públicos (33 instalações).

## 6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em janeiro de 2018, somando mercado nacional e internacional, foi de 9,6 milhões de passageiros, valor 3,4% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 91% da movimentação total de janeiro de 2018.

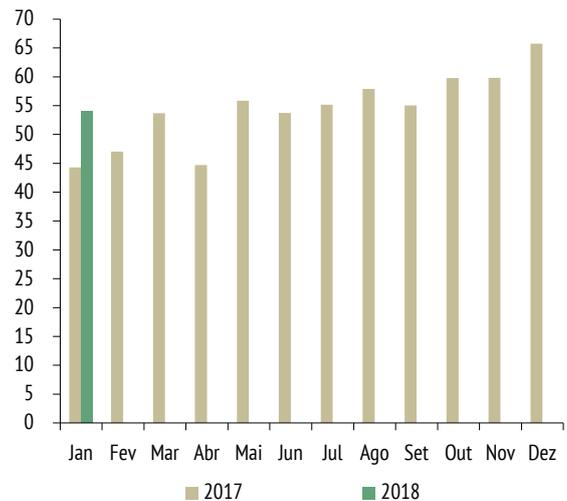
A movimentação de carga aérea total no País em janeiro de 2018, somando mercado nacional e internacional, foi de 54,1 mil toneladas, montante 18,1% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 60% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Passageiros  
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Cargas  
(mil t)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

### 6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em janeiro de 2018, foi de 42,1 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 4% superior ao observado no mesmo período de 2017. A produção agrícola (exceto soja) foi a que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (50%) enquanto que carga geral – não containerizada apresentou maior retração (-26%). O minério de ferro correspondeu a 82% do total movimentado em janeiro de 2018.

**Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias**

Ano	2017	2018	Variação (%)
	Mercadoria		
	Janeiro (mil TU)	Janeiro (mil TU)	Jan-18 / Jan-17
Minério de Ferro	33.301	34.330	3
Produção Agrícola (exceto soja)	942	1.412	50
Soja e Farelo de Soja	1.197	1.397	17
Indústria Siderúrgica	1.239	1.310	6
Carvão/Coque	874	925	6
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	706	681	-3
Extração Vegetal e Celulose	540	637	18
Grãos Minerais	586	583	-1
Azubos e Fertilizantes	366	273	-25
Conteiner	263	249	-5
Cimento	228	181	-21
Indústria Cimenteira e Construção Civil	136	123	-9
Carga Geral - Não Contein.	5	4	-26
<b>Total</b>	<b>40.383</b>	<b>42.104</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

### 6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em janeiro de 2018, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 63,2 milhões de toneladas, volume 4% superior ao averiguado em janeiro de 2017. As exportações totalizaram 52,9 milhões de toneladas, 84% do total.

**Movimentação Total (exportação e importação) por modo**

Modo	mil t		Variação (%)	
	Jan/2017	Jan/2018	Jan-2018 / Jan-2017	Acumulado do ano
Marítimo	51.597	60.334	5	5
Fluvial	1.435	1.097	-22	-22
Aéreo	88	116	-9	-9
Ferroviário	20	23	-24	-24
Rodoviário	749	1.041	-17	-17
Outros*	1.055	622	19	19
<b>Total</b>	<b>54.944</b>	<b>63.233</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

\*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

## 7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

### 7.1. Desembolsos do BNDES

Em janeiro de 2018, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 1,3 bilhões, valor 3% inferior ao aportado em janeiro de 2017.

Ao longo de 2018, o BNDES desembolsou R\$ 1,3 bilhões em infraestrutura, volume 95% inferior ao desembolsado em 2017 (R\$ 24,4 bilhões). O setor com maior queda foi o de refino e álcool com queda no investimento de 86% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Janeiro/2017 R\$ milhão	Janeiro/2018 R\$ milhão	Variação (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	19	3	-86	0
Energia Elétrica e Gás Natural	575	865	50	67
Saneamento	20	45	133	4
Telecomunicações	44	8	-81	1
Transporte	678	373	-45	29
Aéreo	50	0	-100	-
Aquaviário	109	74	-32	6
Terrestre	520	299	-42	23
<b>Total Infraestrutura</b>	<b>1.336</b>	<b>1.295</b>	<b>-3</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

## 8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

### 8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2018 é de, aproximadamente, R\$ 3,5 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 43,8 bilhões corresponderam à alínea “investimentos”, o que representa 1,2% do orçamento total de 2018.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 9,8 bilhões o que representa 22,4% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2018, foram empenhados R\$ 3,5 bilhões, cerca de 8% da dotação autorizada até fevereiro. No mesmo período foram liquidados R\$ 5 milhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 30 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 2,4 bilhões.

## 8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 9,8 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2018, foram empenhados, até fevereiro, cerca de R\$ 1,4 bilhões (14% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 7 milhões. Até fevereiro de 2018, foram pagos do orçamento cerca R\$ 140 mil. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somam R\$ 843 milhões.

Cerca de 79% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 7,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 739 milhões, ou 8%), portuário (R\$ 474 milhões), aeroportuário (R\$ 288 milhões), hidroviário (R\$ 298 milhões) e outros (R\$ 287 milhões).

## 8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2018, cerca de R\$ 156 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 3,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 7,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 60,6 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2018.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 11% foram pagos em 2018 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 4% do total de restos a pagar inscritos.

# ANEXOS

**Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2018**  
**Investimentos - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 28/02/2018

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	477	25	5	0	0	0	0	30	30	713
MAPA	902	0	0	0	0	0	0	10	10	1.174
MCTI	549	91	17	23	4	0	0	25	26	460
MDIC	107	4	4	0	0	0	0	4	4	198
MME	77	2	2	0	0	0	0	2	2	40
<b>M. Transportes</b>	<b>9.812</b>	<b>1.382</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>843</b>	<b>843</b>	<b>6.660</b>
M. Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	2	2	77
MMA	68	2	3	0	0	0	0	4	4	129
MDA	0	0	0	0	0	0	0	1	1	70
M. Defesa	7.641	969	13	19	0	5	0	405	410	3.248
M. Int. Nacional	4.242	294	7	13	0	13	0	183	196	6.272
M. das Cidades	4.098	13	0	0	0	0	0	58	58	11.539
Outros**	15.816	743	5	80	1	11	0	784	795	30.947
<b>Total</b>	<b>43.790</b>	<b>3.524</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>2.351</b>	<b>2.381</b>	<b>61.526</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

\*\* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

**Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2018**  
**Investimentos – Por Modalidade**

Valores em final de período - atualizados até 28/02/2018

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	288	0	0	0	0	0	0	2	2	267
Ferroviano	739	0	0	0	0	0	0	52	52	482
Hidroviário	298	3	1	0	0	0	0	13	13	243
Portuário	474	0	0	0	0	0	0	9	9	595
Rodoviário	7.726	1.364	18	6	0	0	0	722	722	4.718
Outros	287	14	5	0	0	0	0	45	45	355
<b>Total</b>	<b>9.812</b>	<b>1.382</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.795</b>	<b>843</b>	<b>6.660</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2018****Restos a Pagar Processados****Restos a Pagar Não-processados**

Valores em final de período - atualizados até 28/02/2018

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	156	0	68	87
União	3.650	49	432	3.170

Valores em final de período - atualizados até 28/02/2018

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	7.367	19	775	6.573
União	60.600	324	1.920	58.356

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.